

ATLANTE. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR InDICES CSIC

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO PARA CORREÇÃO DE FLUXO DOS DISCENTES NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Elisabete Costa Rodrigues¹

Secretaria de Educação do municipal de Breu Branco-PA,
elizabetecosta00@hotmail.com

Evanilde dos Santos Silva²

Secretaria de Educação do municipal de Breu Branco-PA
Secretaria de Educação do municipal de Tucuruí-PA
evanilde@gmail.com

Mílvio da Silva Ribeiro³

Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas, Gamaliel – Fatefig
milvio.geo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1118-7152>

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Elisabete Costa Rodrigues, Evanilde dos Santos Silva y Mílvio da Silva Ribeiro: “O processo de alfabetização para correção de fluxo dos discentes no ambiente educacional”, Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo (vol 13, Nº 3 marzo 2021, pp. 89-102). En línea:

<https://www.eumed.net/es/revistas/atlante/2021-marzo/proceso-alfabetizacao>

Resumo

O presente estudo descreve como ocorre o processo de alfabetização para correção de fluxo dos discentes no ambiente educacional no Ensino Fundamental I no município de Breu Branco, no período de 2018/2019. A pesquisa primeiramente fez uma associação dialética entre teoria e prática, em seguida realizou-se pesquisa de campo, numa Escola Pública de Ensino Fundamental I, município de Breu Branco-Pará. A amostra da pesquisa foi composta pela Gestora Escolar e 100% dos professores que lecionam na referida instituição. Fez-se uma análise dos dados coletados na Secretaria Municipal de Educação e na Secretaria da Escola. Segundo os dados, em 2018, o nível de fluxo no município de Breu Branco-PA, foi de 40%, representando o mesmo percentual da escola lócus da pesquisa de campo. Já em 2019 o nível geral de fluxo esteve diminuindo para 30%, sendo na referida escola, para 20%. As conclusões apontaram que a maioria dos alunos matriculados no

¹ Pedagoga e mestra em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

² Pedagoga e mestra em Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS).

³ Doutoramento em Geografia (PPGEO/UFGA, 2018). Mestre em Geografia (PPGEO/UFGA, 2015). Licenciatura em GEOGRAFIA (UFGA, 2013) e Licenciatura em PEDAGOGIA pela Faculdade de Educação de Vitória (2009).

lôcus da pesquisa é participante de o Programa Bolsa Família. Sugere-se mais investimento em políticas públicas, formação e valorização dos docentes, além de um planejamento a longo, médio e curto prazo para dar conta da correção de fluxo dos discentes na realidade estudada.

Palavras-chave: Fluxo Escolar. Processo Educacional. políticas públicas educacionais.

THE LITERACY PROCESS FOR CORRECTING THE FLOW OF STUDENTS IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT

Abstract

The present study describes how the literacy process occurs to correct the flow of students in the educational environment in Elementary School I in the municipality of Breu Branco, in the period 2018/2019. The research first made a dialectical association between theory and practice, then field research was carried out, in a Public School of Elementary School I, municipality of Breu Branco-Pará. The sample of the research was composed by the School Manager and 100% of the teachers who teach in this institution. An analysis of the data collected at the Municipal Department of Education and the School Secretariat was analyzed. According to the data, in 2018, the level of flow in the municipality of Black White-PA was 40%, representing the same percentage of the locus school of the field research. In 2019, the overall flow level was decreasing to 30%, being in the school, to 20%. The conclusions pointed out that the majority of the students enrolled in the locus of the research are part of the Bolsa Family Program. More investment in public policies, training and valuing teachers is suggested, in addition to long, medium, and short-term planning to account for the correction of the students' flow in the studied reality.

Keywords: School Flow; Educational Process; Educational public policies.

EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN PARA CORREGIR EL FLUJO DE ESTUDIANTES EN EL ENTORNO EDUCATIVO

Resumen:

El presente estudio describe cómo se produce el proceso de alfabetización para corregir el flujo de estudiantes en el entorno educativo en la Escuela Primaria I en el municipio de Breu Branco, en el periodo 2018/2019. La investigación primero hizo una asociación dialéctica entre la teoría y la práctica, luego se llevó a cabo una investigación de campo, en una Escuela Pública de La Escuela Primaria I, municipio de Breu Branco-Pará. La muestra de la investigación fue compuesta por el Gerente de la Escuela y el 100% de los profesores que enseñan en esta institución. Se analizó un análisis de los datos recogidos en el Departamento Municipal de Educación y en la Secretaría de la Escuela. Según los datos, en 2018, el nivel de flujo en el municipio de Black White-PA fue del 40%, representando el mismo porcentaje de la escuela de locus de la investigación de campo. En 2019, el nivel de flujo global fue disminuyendo al 30%, estando en la escuela antes mencionada, a 20%. Las

conclusiones señalaron que la mayoría de los estudiantes inscritos en el lugar de la investigación forman parte del Programa Bolsa Familia. Se sugiere una mayor inversión en políticas públicas, formación y valoración de profesores, además de planificación a largo, mediano y corto plazo para explicar la corrección del flujo de los estudiantes en la realidad estudiada.

Palabras clave: Flujo Escolar; Proceso Educativo; Políticas públicas educativas.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca de uma alfabetização de qualidade e melhores resultados no rendimento e aprendizagem dos nossos alunos da rede básica de ensino, ou seja, a correção de fluxo é, de fato, perceptível, um dos temas que mais se intensificam no cenário brasileiro nos últimos anos, sobretudo pela frustração do potencial de equalização de oportunidades depositado na democratização do acesso à escolarização.

Tendo em vista, então, o que preconiza a Meta 7 do Plano Nacional de Educação, é preciso fomentar a qualidade da Educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o Índice Nacional da Educação Básica.

Segundo referências de Prado (2000) a prática da repetência está na própria origem da escola brasileira. Quais são as medidas necessárias para combater o fluxo escolar? Há iniciativas como o Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, que visam combater as consequências dessa prática, uma das quais é a defasagem escolar. É uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Mas que outras ações são necessárias. O problema do fracasso escolar deve ser avaliado de fora para dentro, não se limitando a compreendê-lo sob uma única perspectiva.

É necessário diante desse contexto que docentes e técnicos busquem a associação da dialética entre teoria e prática, e ajudem os alunos a superar suas histórias de fracasso e defasagem escolar (Carvalho M, 2017).

Portanto objetivo deste artigo é descrever como ocorre o processo de alfabetização para correção de fluxo dos discentes no ambiente educacional no Ensino Fundamental I no município de Breu Branco, no período de 2018.

METODOLOGIA

Fez-se pesquisa de campo e observação sistemática em uma Escola Pública do município de Breu Branco-Pará. Os instrumentos utilizados foram questionários semiestruturados. A amostra da pesquisa foi composta pela: Gestora Escolar e 100% dos professores que lecionam na

referida escola. No primeiro momento análise dos dados coletados na secretaria da Escola, levantando número de alunos em fluxo escolar em 2018. Em seguida, entrevista com a equipe pedagógica e administrativa da escola. Depois foi aplicado o questionário do tipo misto para os professoras e alunos da referida escola. No último momento, são feitas as análises das respostas, categorizando-as. O intuito da segunda etapa foi identificar os desafios na alfabetização e letramento das crianças matriculadas no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

RESULTADOS

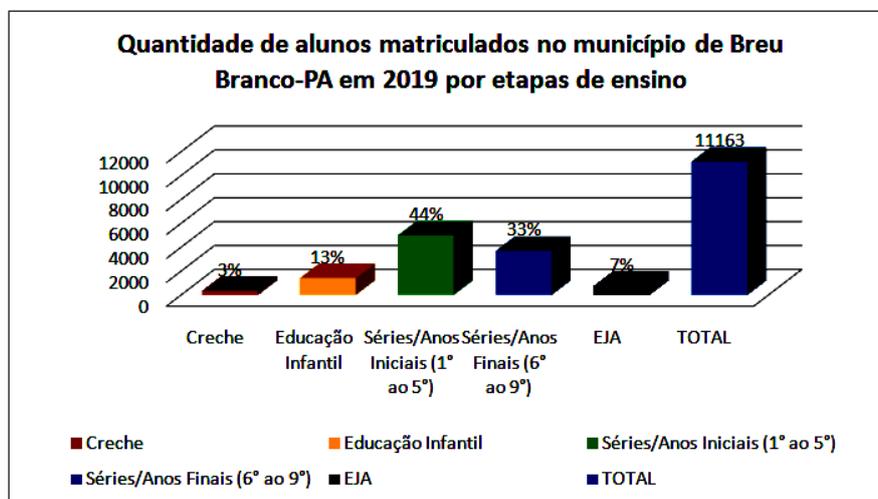
Segundo dados da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016), 99,2% da população de 6 a 141 anos frequentam escola; na faixa etária de 6 a 10 e de 11 a 14 anos, o atendimento é de 99,5% e de 98,9%, respectivamente.

Breu Branco é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à mesorregião do Sudeste Paraense e faz divisa com os municípios de Tucuruí e Goianésia, a distância de Breu Branco da Capital é de 419 km, cuja população é de 64.194 habitantes, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Há no Município de Breu Branco – PA, quinze escolas na zona urbana e dezesseis, na zona rural. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação matriculados 11.163 alunos no ano de 2019 em toda a cidade: Creche há 344 alunos, Educação Infantil 1.412, séries/anos iniciais (1º ao 5º anos): 4.984, séries/anos finais (6º ao 9º anos): 3.683 e Educação de Jovens e Adultos 740 discentes.

A seguir no Gráfico 1 encontram-se dados referentes ao quantitativo de discentes matriculados no município de Breu Branco, estado do Pará, de modo específico na rede pública municipal de ensino.

Gráfico 1 –

Percentual do total geral de alunos matriculados no município de Breu Branco –PA por Etapa de Ensino – Ano 2019.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Breu Branco – PA.

Na *Tabela 1* abaixo apontam-se dados que dizem respeito ao sexo, faixa etária e nível de escolaridade dos docentes atuantes na escola local onde foi realizada a pesquisa.

Tabela 1 –

Caracterização dos professores entrevistados na escola lócus da pesquisa.

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	0	0
Feminino	11	100
Idade		
30-40	2	18
41-50	5	45
51-60	3	27
61-70	1	10
Pós-graduação		
Sim	7	64
Não	4	36
Total	11	-

De acordo com dados coletados na Secretaria Municipal de Educação, em 2018, o nível de fluxo no município de Breu Branco-PA, foi de 40%, representando o mesmo percentual da escola

lôcus da pesquisa. Já em 2019 o nível geral de fluxo está diminuindo para 30%, e na referida escola para 20%.

Segundo informações coletadas com uma gestora de uma escola amostral do município de Breu Branco-Pará, em que ela trabalha, é fornecida alimentação (merenda) para os alunos, dispõe de água filtrada para o uso dos alunos, pois possui poço artesiano, além de coleta de lixo periódica e esgoto via pública. Quanto às dependências possui uma cozinha, uma biblioteca, quadra de esportes, sala de leitura, sala para diretoria, sala para os professores, sala para atendimento especial, sanitário dentro do prédio da escola. Os equipamentos disponíveis são: aparelho de DVD, impressora, máquina copiadora, um retroprojeto e uma televisão. Há acesso à internet e cinco computadores.

Quanto à acessibilidade há nas dependências da escola rampas antiderrapantes, porém os banheiros não são adaptados aos alunos com deficiência.

No quadro docente da referida escola há dezessete professores, sendo todos graduados, dez com pós-graduação. Há matriculado em 2019 na instituição, 347 alunos, distribuídos no nível fundamental 1º ao 5º ano. Para Romanovski JP e Martins PCO (2013) “A importância da formação dos professores é amplamente reconhecida como promotora de uma prática docente melhor sistematizada”.

Em relação ao funcionamento da escola, a mesma não funciona em tempo integral. Há próximo da escola um posto de saúde, praça/parque e espaços para prática de esportes. Esporadicamente a escola desenvolve atividades voltadas para os temas racismo, sexismo, resistência e formas de preservar a dignidade, memória, cultura e identidade positivas das populações empobrecidas.

A maioria dos alunos matriculados na escola pesquisada é participante do Programa Bolsa Família. Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social aponta que o Programa Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, o qual foi criado em outubro de 2003, possuindo três eixos principais: 1. Complemento da renda; 2. Acesso a direitos; 3. Articulação com outras ações. O Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. Com relação aos métodos e procedimentos para discutir questões relacionadas à pobreza e à desigualdade social com crianças, jovens e adolescentes, a diretora explicou que faz parcerias com entidades de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, tais como: Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social, e ações com a secretaria de Saúde por meio do Programa Saúde na Escola.

Quanto às ações específicas da escola para lidar com esses alunos é apenas observação constante da frequência escolar. Estes consideram uma oportunidade importante participar deste programa. A escola considera abaixo da média o rendimento destes estudantes que participam do Programa Bolsa Família.

Na opinião de Oliveira LS (2011) “as Políticas Públicas para a Educação Básica no Brasil têm possibilitado o acesso de muitas crianças, jovens e adultos à escola, porém é importante salientar que oportunidade de acesso não é garantia de qualidade de educação” (p. 1).

Com relação aos métodos e procedimentos para discutir questões relacionadas à pobreza e à desigualdade social com crianças, jovens e adolescentes, a diretora explicou que faz parcerias com entidades de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, tais como: Conselho Tutelar, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS e as ações com a secretaria de Saúde por meio do Programa Saúde na Escola. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2014).

Segundo Kronhardt, CAC, Felden, EL, Molina, RMK (2010, p. 6)

As políticas de assistência social são por conta da família e articuladas algumas vezes pela direção e coordenação da escola. A assistência social busca por meio da lei a inclusão dos alunos com deficiência, isto não é inclusão, é integração, na percepção dos professores. A realidade evidencia que não há uma articulação nas escolas entre as políticas públicas de educação.

Devido à faixa etária dos estudantes os temas dos padrões de poder, conceitos de trabalho, de apropriação da vida, da renda, da terra, a diretora apontou que são de alta complexidade, por isso não trabalha, acredita que deva ser elaborado em língua acessível para os alunos.

O Programa Bolsa Família contribui para o enfrentamento da pobreza segunda afirmou a gestora escolar, contudo o valor repassado ainda é insignificante diante da real necessidade da maioria das famílias. Ela falou que a escola não faz trabalhos interdisciplinares em que se discute a pobreza na escola.

No final da década de 60, a interdisciplinaridade chegou ao Brasil e logo exerceu influência na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases no 5.692/71.

A interdisciplinaridade vem sendo utilizada como “panaceia” para os males da dissociação do saber, a fim de preservar a integridade do pensamento e o restabelecimento de uma ordem perdida. (Fazenda, I 2011).

Assim de acordo com Fazenda I (2011) no Brasil, conceituamos Interdisciplinaridade por uma nova atitude diante da questão do conhecimento, da abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão

Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado e, recentemente, mais ainda, com a nova LDB no 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Além de sua forte influência na legislação e nas propostas curriculares, a interdisciplinaridade ganhou força nas escolas, principalmente no discurso e na prática de professores dos diversos níveis de ensino.

Zuquim FA (2010, p. 48) completa dizendo que:

As atividades a ser desenvolvidas demandam aspectos interdisciplinares que contribuirão para que a compreensão dos alunos ocorra de maneira mais fácil, favorecendo o seu entrosamento e atuação junto aos temas ambientais, passando assim, a fazer parte importante de um processo de conhecimento e cooperação com o seu bem estar, dos outros, do meio ambiente e, é claro, do planeta, permitindo que as próximas gerações também possam usufruir dos enormes benefícios que a natureza é capaz de proporcionar.

No seu ponto de vista, a palavra interdisciplinaridade esta ligada a palavra disciplina, ou seja, e um complexo que reúne de maneira global todas disciplinas valorizando esta de maneira uniforme, separando a importância de cada uma, onde o conteúdo e as informações são analisadas e aproveitadas em outras áreas.

A diretora explicou que em partes sente-se estimulada a trabalhar o enfrentamento da pobreza com alunos carentes ou de baixa da renda da escola, é um aprendizado de vida segundo a educadora. Porém é desanimador perceber que as autoridades governamentais e as leis ainda não garantem os direitos a quem mais precisa.

Segundo Afonso AJ (2001) as políticas educacionais, até muito recentemente, eram políticas que expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado, ainda que essa autonomia fosse, necessariamente, a resultante das relações (complexas e contraditórias) com as classes sociais dominantes, e fosse igualmente sujeita às demandas das classes dominadas e de outros atores coletivos e movimentos sociais. Todavia, ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontam para uma crescente diminuição dessa autonomia relativa, continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado-nação, mesmo que seja para melhor compreender a sua crise atual e a redefinição do seu papel.

Para Correia, J, Pereira, LA; Vaz, H (2012) nos últimos trinta anos, as políticas educativas tornaram-se objeto de transformações profundas, que incidiram quer sobre as formas institucionais que asseguram a gestão da escolarização e da educação quer sobre as próprias formas legítimas de se definir a justiça educativa - ou seja, os modos de justificar a ação educativa -, como, ainda, sobre os processos de produção das subjetividades dos atores que habitam e estruturam o campo educativo, em geral, e o campo escolar, em particular.

De acordo com o cenário supracitado, a interface entre a política de educação e a política de assistência social ocorre por meio dos programas e projetos que atendem a crianças e adolescentes, constituindo-se em estratégias do governo que visem minimizar os altos índices de evasão escolar e de frequência irregular dos alunos. Destaca-se, porém, que esses projetos e programas, que têm como condicionalidade a escolaridade, incidem sobre o universo escolar de forma desarticulada e descolada do projeto pedagógico da escola.

Logo se considerou de uma relevância a parceria que a Escola João Batista de Oliveira de Breu Branco-PA, realiza com o Conselho Tutelar, e aqui destaca-se com o CRAS e o CREAS, pois a partir da instituição do Sistema Único de Assistência Social - SUAS consolidado pela Lei nº

12.435/2011, surgiram muitos questionamentos acerca do atendimento prestado a crianças e adolescentes (incluindo adolescentes autores de atos infracionais), pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, em todo o Brasil.

Existem ainda de um lado muito desafios e questionamento, se tais equipamentos não podem deixar de atender crianças e adolescentes, inclusive aqueles acusados da prática de atos infracionais (além, é claro, de suas respectivas famílias). Nota-se ainda que este atendimento não pode ser prestado nos mesmos moldes que o efetuado junto a outras demandas a cargo de tais serviços, como é o caso de pessoas com deficiência, idosos, mulheres vítimas de violência e outros munícipes que se encontram com seus direitos violados. Na escola lócus da pesquisa, verifica-se que os problemas enfrentados por crianças e adolescentes são muitos, familiares vivendo em péssimas condições de vulnerabilidade social, cujas situações não podem esperar, pelo contrário devem ser enfrentados e solucionados com o máximo de urgência possível esses problemas, a fim de evitar o agravamento da situação e dos prejuízos por aqueles suportados, sendo certo que a omissão do Poder Público os coloca em grave situação de risco (cf. art. 98, inciso I, da Lei nº 8.069/90), tornando o agente público responsável passível de punição (cf. arts. 5º c/c 208 e 216, da Lei nº 8.069/90).

Afinal, tem-se o art. 5º, da Lei nº 8.069/90 que ressalta claramente que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais", *dispondo o art. 18, do mesmo Diploma Legal que "é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".* Para reafirmar, existe o art. 70, da mesma Lei nº 8.069/90, que aponta "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

Assim compreende-se que a gestão democrática da educação deve está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e a coordenação de atitudes que compõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiais; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional. Com a aplicação da universalização do ensino deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência do aluno na escola, assim como a garantia da qualidade social da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tem ampla repercussão sobre o sistema escolar. O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios. O controle do sistema escolar passa a ser exercido por meio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino. O que para Demo P (2001, p.12) não se pode falar em inovações, no sentido de ser a "lei dos sonhos do educador brasileiro", trouxe sim, alguns dispositivos inovadores permitindo avançar em certos rumos, mas "para quem não quer mudar permanece como está".

Acredita-se que a mudança da sociedade ocorre somente por meio de uma educação participativa e democrática. Ainda mais hoje com o avanço do processo produtivo exige cada vez mais o caráter democrático da gestão da escola. A própria evolução teórico-prática do trabalho pedagógico torna o caráter democrático inalienável. De fato a exigência do caráter democrático da gestão escolar decorre de três fatores: a especificidade da educação escolar, do atual estágio do contexto histórico, especialmente: da nova configuração do mundo do trabalho e da nova base das relações na sociedade do conhecimento e do próprio trabalho pedagógico. Pois como apontam Wittman LC e Klippel SR (2010, p. 153) “[...] a escola é uma instituição onde não cabe a dominação, porque ela impede e se opõe ao cumprimento de sua função de formação humana, de construção do sujeito”.

Diante dessas palavras compreendemos que não existe uma escola que cumpra sua função bem, ou seja, seu trabalho especializado de garantir educação básica de qualidade a todos os cidadãos, sem que haja um trabalho compartilhado, ou seja, uma gestão democrática. A escola como se entende é o espaço de formação humana. É necessário que os funcionários se sintam co-responsáveis pelo processo educacional.

Na escola, onde a gestão é participativa, pais, alunos, professores, funcionários e qualquer membro da comunidade que tenha interesse no crescimento, são envolvidos nos objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no desempenho do educando e na garantia de que a Instituição está atendendo plenamente às necessidades das crianças e adolescentes.

DISCUSSÃO

Em relação aos dados coletados acerca das ações específicas desta escola pública do município de Breu Branco para lidar com os alunos em fluxo escolar não é necessário somente fazer observação constante da frequência escolar como foi mencionado pela gestora.

Ao analisarem os efeitos do FUNDEF/B sobre frequência escolar, fluxo escolar e trabalho infantil: uma análise com base nos censos de 2000 e 2010, Cruz G e Rocha R (2018) identificaram que os efeitos são maiores para crianças com perfil socioeconômico mais baixo, já os efeitos sobre trabalho infantil são geralmente próximos de zero.

É imprescindível que haja estudos sobre o diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas, a fim de elaborar e propor políticas para melhoria da qualidade da educação, uma vez que o diferencial é favorável às escolas privadas em todos os quantis da distribuição, chegando a 1,5 erro padrão em torno do 60o percentil (Moraes AGE e Belluzzo W, 2014).

Detectou-se que a escola investigada considera abaixo da média o rendimento destes estudantes que participam do Programa Bolsa Família, muitos pais temem perder este benefício, pois faz parte das despesas, assim evitam que os filhos faltem.

Numa pesquisa sobre o Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática encontraram dados de que o PBF apresenta desfechos positivos em indicadores educacionais para o sexo feminino e para a Região

Norte. Logo o Programa não mostra repercussão na proficiência e no desempenho escolar, embora impacte significativamente nas taxas de abandono e na frequência escolar (Santos MCS et al. 2019).

Quanto as estratégias pedagógicas adotados para combater o fluxo escolar, a diretora ressaltou que não há um repasse de conteúdo metodológico, mas se faz de modo tradicional por parte dos docentes, ou seja, que não proporciona o debate, a auto reflexão e muito menos o diálogo questionador.

Constata-se em um estudo sobre Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados que a aprendizagem no contexto escolar é mediada por fatores diversos, não podendo ser atribuído exclusivamente às capacidades cognitivas do aluno, o sucesso ou insucesso neste processo. Cabe aos professores atentarem-se tanto a dimensão cognitiva quanto afetivo-motivacional do desempenho escolar (Souza LFNI, 2010).

O importante é trabalhar com projetos, diálogos e ações preventivas na escola. Uma atuação institucional preventiva deve estar ancorada na promoção de reflexões, conscientizações de papéis e nas funções dos indivíduos, objetivando desenvolver competências e habilidades para a superação de obstáculos e para o estabelecimento de relações sociais mais saudáveis (Marinho-Araujo CM e Almeida SFC, 2008).

A infraestrutura da escola investigada atende o mínimo possível a necessidade dos alunos, pois muitos espaços são inadequados. Embora esses entraves dos alunos que vivem na pobreza e desigualdade social, a escola tem feito ações como palestras ou seminários relacionados a garantia de direitos, mas se percebe que há muito a ser feito para que as leis saiam do papel para a ação. Sá JS e Werle FOC (2017) ao estudarem sobre a importância da infraestrutura escolar e espaço físico em educação, detectaram que tal influência pode exercer na qualidade da educação além do que argumentam que prédios e instalações adequados podem, de fato melhorar o desempenho dos alunos. Em consonância com Marri I e Racchumi J (2012) os quais apontam a necessidade de associar os aspectos positivo entre infraestrutura escolar e desempenho dos alunos, defendendo que este pode ser um fator relevante em países como o Brasil, onde os recursos são variados nas redes de ensino e dependem da localização geográfica. Borges JR (2014) lembra ainda sobre a questão da demanda por infraestrutura como o principal contraponto à execução da educação em tempo integral.

Segundo Soares SS (2018) o momento atual é um espaço/tempo propício para analisar e refletir sobre o andamento das políticas de formação de professores no país.

A formação continuada de professores por meio do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa é considerada como uma das mais promissoras, contudo, acredita-se que não é suficiente propor políticas educacionais objetivando a redução da desigualdade social, sem que as estruturas sociais, políticas e econômicas sejam reestruturadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Lucachinski ES e Tondin CF, 2016).

Libâneo JC (2002) ressalta a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco da melhoria das práticas de ensino, em que o professor aprimora seu modo de agir, internalizando novos instrumentos de ação.

Mello GN (1993) enfatiza que é fundamental promover, urgentemente, mudanças no sistema educacional, objetivando a formação de uma cidadania, que encare os desafios de um novo processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. A autora evidencia a necessidade de revalorização do processo de ensino e aprendizagem e tece críticas à escola convencional, que demonstra baixos índices de eficiência e desperdício de recursos.

Ao abordar alguns desafios e demandas contemporâneos da formação inicial de professores no Brasil, LEITE APL et al. (2018) concluem que é um grande desafio a consolidação de políticas públicas de formação inicial de professores no país, e que ao mesmo tempo necessitará de esforços institucionais e políticos para além do teor prescritivo dos marcos legais de formação de professores no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar dados sobre o fluxo escolar em uma escola pública no município de Breu Branco-PA, percebeu-se que é uma realidade a qual não se difere muito de outros municípios, nem se outras escolas públicas de nosso imenso país. Percebeu-se a importância das políticas públicas voltadas a educação, embora muitas demandas ainda possam ser discutidas democraticamente com toda a sociedade. Apreendeu-se que o caminho a ser seguido é o investimento em políticas públicas. Sugere-se um planejamento a longo, médio e curto prazo para dar conta de todas as demandas, embora muitas iniciativas estejam em percurso. Observou-se que a interface entre a política de educação e a política de assistência social ocorre por meio dos programas e projetos que atendem a crianças e adolescentes, constituindo-se em estratégias do governo que visem minimizar os altos índices de evasão escolar e de frequência irregular dos alunos. Somente quando os governantes tiverem realmente a convicção de que sem a educação a sociedade não se desenvolve, cresce e prospera, não haverá transformação. Enfim, é um assunto instigante e que merece ser mais aprofundado, de modo que as políticas públicas voltadas para a educação façam de fato parte da agenda emergencial desse país.

REFERÊNCIA

- Afonso, A. J. (2001). Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 75, Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.
- Age, M., & Belluzzo, W. (2014). *O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil*. *Nova econ.*, 24(2), 409-430.
- Borges, J. (2014). *Levantamento da situação escolar em sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul: uma determinação política de financiamento do ensino público e/ou ferramentas de gestão?* Tese (Doutorado em Educação), 304. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil: Universidade do Vale do Rio Sinos.

- Carvalho, M (2017). **Alfabetizar e Letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis: Vozes.
- Correia, J, Pereira, LA; VAZ, H. (2012). Políticas educativas e modos de subjectivação da profissão docente. **Cad. Pesqui.** vol.42, n.146, pp. 388-407. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- Cruz G, R. R. (2018). Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010. **Estudos Econômicos** (48), 39-75.
- Demo, P. (2001). **A nova LDB: ranços e avanços**. 12 ed. Campinas/SP: Papyrus.
- Educação, S. M. (2019). **Município de Breu Branco-Pará**.
- Fazenda, ICA (org.). (1998). **Didática e interdisciplinaridade**. — Campinas, SP: Papyrus. — (Coleção Práxis).
- Fazenda, ICA (2011). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. (2016). **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.
Fonte:
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. IBGE. (2016) **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**.
- Js, S., & werle, F. (2017). Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa** . 47 (164), 386-413.
- Kronhardt, C. A. C. , Felden, E. L., Molina, R. M. K. (2010). **A articulação intersetorial na implementação das políticas públicas no âmbito escolar**. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho/08_18_59_A_Articulacao_Intersetorial_na_Implementacao_da_s_Políticas_Publicas_no_Ambito_Escolar.PDF>. Acesso em: 02 set. 2019.
- Lei Nº 12.435, de 6 de Julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 19 dez. 2020.
- Leite, A. P. L. et al. (2018). Formação de profissionais da educação: alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 144, p.721-737.
- Lfni, S. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educar em Revista**, 36, 95-107.
- Libâneo, J. C. (2002). Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: *Pimenta, Selma Garrido & Ghedin, Evandro. (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez. pp.53-67.

- Lucachinski ES, T. C. (2016.). Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, 25(45), p. 217 - 234.
- Marinho-Araujo, C., & SFC, A. (2008). **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional** (2a ed.). Campinas, SP: Alínea.
- Marri, I, Racchumi, J. (2012). Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações. In: **Encontro Nacional De Estudos Populacionais** (Vol. 28). Águas de Lindoia, São Paulo: Abep,.
- Mello, G. (1993). **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. São Paulo: Cortez.
- Ministério da Educação (2012). **Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na alfabetização: concepções e princípios** (Vol. Ano 1). Brasília: MEC.
- Ministério da Educação. (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO.
- Ministério da Educação (2017). **Evolução do número de matrículas no ensino fundamental – Brasil – 2013 - 2017**. Brasília: DF: MEC/Inep/DEED.
- Moraes, A.G. E.; Belluzzo, W. (2014). O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 409-430.
- Oliveira, L. S. de. (2011). **Trabalho em rede: ações articuladas para a educação**. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1230>>. Acesso em: 02 set. 2020.
- Prado, I. G.A (2000). **LDB e políticas de correção de fluxo escolar**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 49-56, jan. 2000.
- Sá J. S, Werle, F. O. C. (2017). Infraestrutura escolar e espaço físico em educação: o estado da arte. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.164 p.386-413 abr./jun.
- Santos, M. C. S et al. (2019) Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, 24(6) , 2233-2247.
- Secretaria Municipal de Educação. (2019). **Município de Breu Branco-Pará**.
- Soares, S. S. **Novos cenários e velhos debates no campo da política de formação de professores no Brasil. Momento: diálogos em educação**, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 57-75, mai./ago, 2018.
- Souza, L. F. N. I. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. **Educar em Revista**, 2010.
- Wittmann, L. C.; Klippel, S. R. (2010). **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. – Curitiba: lbpex.
- Zuquim, F. A. (2010). **Educação ambiental no ensino médio: conhecimentos, vivências e obstáculos**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo>> Acesso em: 16 ago. 2020.